

**A. I. Nº** - 102104.0043/06-0  
**AUTUADO** - COMERCIAL DE ALIMENTOS RIO IMPERIAL LTDA.  
**AUTUANTE** - HELIANA GUIMARÃES DINIZ  
**ORIGEM** - INFAZ ATACADO  
**INTERNET** - 26/12/2007

### **3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACÓRDÃO JJF Nº 0421-03/07**

**EMENTA: ICMS. 1. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO. a)** SAÍDAS DE MERCADORIAS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. A diferença das quantidades de saídas de mercadorias tributáveis apurada mediante levantamento quantitativo de estoque, constitui comprovação suficiente da realização de operações sem a emissão de documentos fiscais. Refeitos os cálculos, o imposto apurado ficou reduzido. **b)** ENTRADAS DE MERCADORIAS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. Infração não comprovada. **c)** FALTA DE EMISSÃO DE NOTAS FISCAIS DE SAÍDAS. MERCADORIAS CUJO IMPOSTO FOI PAGO POR ANTECIPAÇÃO. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Como foi constatada a falta de emissão de notas fiscais de saídas, mas as mercadorias são isentas ou estão enquadradas na antecipação tributária, deve ser exigida multa por descumprimento de obrigação acessória. **2. ENTRADA DE MERCADORIA. FALTA DE CONTABILIZAÇÃO. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES NÃO REGISTRADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO.** A falta de contabilização de entradas de mercadorias indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. **3. LIVRO FISCAL. REGISTRO DE INVENTÁRIO. FALTA DE ESCRITURAÇÃO. MULTA.** Multa de 5% do valor das mercadorias sujeitas à tributação, constituindo o fato, impedimento definitivo da apuração do imposto no período. Corrigido o valor total da multa exigida. Infração subsistente em parte. **4. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE BENS DE CONSUMO. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO.** É devido o imposto relativo à diferença de alíquotas sobre a entrada efetuada em decorrência de operação interestadual, quando as mercadorias são destinadas ao uso, consumo do estabelecimento. Autuado não contestou. Rejeitada a preliminar de nulidade. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE.** Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração, lavrado em 12/12/2006, refere-se à exigência de R\$134.761,34 de ICMS, acrescido das multas de 60% e 70%, além de penalidades por descumprimento de obrigações acessórias no valor total de R\$61.115,47 em decorrência das seguintes irregularidades:



Infração 01: Falta de recolhimento do imposto relativo a omissão de saídas de mercadorias tributáveis, efetuadas sem a emissão de documentos fiscais, sem a respectiva escrituração, decorrente da falta de registro de entrada de mercadoria em valor inferior ao das saídas efetivas omitidas, apurado mediante levantamento quantitativo de estoques, exercício fechado (2003), levando-se em conta para o cálculo do imposto o maior valor monetário, o das saídas tributáveis. Valor do débito: R\$50.255,18.

Infração 02: Omissão de saídas de mercadorias isentas e/ou tributáveis efetuadas sem a emissão de documentos fiscais e, consequentemente, sem a respectiva escrituração, apurado mediante levantamento quantitativo de estoque em exercício fechado (2003), sendo exigida a multa no valor de R\$50,00.

Infração 03: Falta de recolhimento do ICMS constatado pela apuração de diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, sendo exigido o imposto sobre a diferença de maior expressão monetária, a das operações de saídas, apurado mediante levantamento quantitativo de estoque em exercício aberto (período de 01/01/2004 a 02/04/2004). Valor do débito: R\$70.191,98.

Infração 04: Operações de saídas de mercadorias isentas e/ou não tributáveis, efetuadas sem a emissão de documentos fiscais e, consequentemente, sem a respectiva escrituração, apurado mediante levantamento quantitativo de estoque em exercício aberto (período de 01/01/2004 a 02/04/2004), sendo exigida a multa no valor de R\$50,00.

Infração 05: Falta de recolhimento do imposto pela constatação da existência de mercadoria em estoque desacompanhada da respectiva documentação fiscal, atribuindo-se ao seu detentor a condição de responsável solidário, decorrente da falta de contabilização de entradas de mercadorias, com valores apurados mediante levantamento quantitativo de estoques em exercício aberto (período de 01/01/2004 a 02/04/2004). Valor do débito: R\$12,86.

Infração 06: Omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apurada através de entradas de mercadorias não registradas. Notas Fiscais capturadas pelo sistema CFAMT, emitidas em favor do autuado e não registradas na escrita fiscal. Consta na descrição dos fatos, que foram consideradas nesta infração apenas as notas fiscais não computadas no levantamento de estoque. Valor do débito: R\$14.138,08.

Infração 07: Falta de escrituração do livro Registro de Inventário, sendo exigido multa nos exercícios de 2005 e 2006, totalizando R\$61.015,47.

Infração 08: Deixou de recolher ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias de outras unidades da Federação e destinadas ao consumo do estabelecimento. Valor do débito: R\$163,24.

O autuado apresentou impugnação (fls. 72 a 85), discorrendo inicialmente sobre as infrações e informando que reconhece como procedentes as infrações 02, 04, 05, 06 e 08, insurgindo-se contra as infrações 01, 03 e 07. Quanto às infrações 01 e 03, relativas ao levantamento quantitativo de estoques dos exercícios de 2003 e 2004, comenta sobre o procedimento administrativo de lançamento tributário, como deve ser efetuado, e diz que o levantamento quantitativo de estoque constitui uma espécie do gênero levantamento fiscal, cujo objeto é apurar a exata quantidade de mercadorias envolvidas nas operações comerciais realizadas pelo contribuinte, levando-se em conta os estoques inicial e final, as entradas e as saídas no período fiscalizado. O autuado salienta que desempenha atividade de comércio atacadista de gêneros alimentícios e que o seu inconformismo está nas imperfeições nas peças Auditoria de Estoque Exercício Aberto. Diz que após exaustivo exame nas peças que compõem o levantamento quantitativo de estoques constatou irregularidades que o tornam nulo de pleno direito, estando infestado de vícios insanáveis. Transcreve os arts. 1º e 3º da Portaria 445/98 e alega que nos demonstrativos do autuante foi destacado como unidade de medida o kg, e o preço médio lançado foi em fardos e sacos. Salienta que não é possível 1 kg de feijão custar em 2003 R\$46,31 e em 2004 R\$39,82, como consta no levantamento fiscal e a empresa iniciou suas atividades no exercício de 2003, por isso,



não há estoque inicial no mencionado ano, mas o autuante registrou estoque inicial. Assegura que fez os registros dos seus estoques no livro Registro de Inventário, relativamente aos exercícios de 2003 e 2004, e os valores considerados no levantamento fiscal não se coadunam com os lançamentos efetuados no Registro de Inventário. Reafirma que a autuante utilizou os estoques em kg e as entradas e saídas, bem como o preço médio em fardos e sacos. Portanto, conclui que o levantamento fiscal está eivado de vícios substanciais insanáveis e transcreve o art. 18 do RPAF/99. Diz que o CONSEF tem decidido pela nulidade, quando não há certeza e liquidez, conforme Acórdão que citou à fl. 82, transcrevendo as respectivas ementas. Pede a nulidade das infrações 1 e 3. Quanto à infração 07, o defendente alega que não se pode exigir a escrituração do livro Registro de Inventário correspondente ao exercício de 2006, uma vez que na época em que foi efetuado o presente lançamento, o exercício ainda não havia encerrado, portanto é descabida a multa exigida. Quanto ao exercício de 2005, informa que foi apresentada uma listagem de computador, peça que não foi aceita pela autuante, mas assegura que já foi providenciada a escrituração do livro Registro de Inventário com base na mencionada listagem. Apresenta o entendimento de que a multa somente seria cabível se o fato constituísse impedimento definitivo de apuração do imposto, e a listagem dava condições de se fazer qualquer levantamento. Reproduz o art. 915 (caput) e inciso XII, e cita uma decisão da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal através do Acórdão CJF Nº 1921/00. Assim, o defendente pede que seja reduzida a multa exigida para “10 UPFs”. Finaliza, pedindo a procedência parcial do presente Auto de Infração. Protesta pela produção de todos os meios de prova em direito permitidos, requerendo a realização de diligência, caso a autuante venha produzir contraprova.

A informação fiscal foi prestada às fls. 94 a 96, pela Auditora Maria Helena da S. Ribeiro, com base no art. 127, § 2º do RPAF/99, dizendo que procedeu à revisão fiscal da Auditoria de Estoques, infrações 01, 02, 03, 04 e 05, em relação às mercadorias: açúcar cristal, arroz e feijão. Informa que o autuado adquire as citadas mercadorias nas unidades quilos, fardos e sacas e efetua a escrituração do livro Registro de Inventário em quilos, daí a necessidade de transformar as quantidades usando uma única unidade. Diz que embora o livro Registro de Inventário tenha sido escriturado em quilos e no levantamento fiscal conste quilo como unidade utilizada, foram levantados fardos sem fazer a devida conversão para quilos, já que esta unidade é a escriturada no Registro de Inventário, o que gerou as distorções. Outro engano apontado pela Auditora Fiscal que efetuou a revisão, foi considerar açúcar cristal como mercadoria tributada normalmente, e não, como sujeita à substituição, resultando numa cobrança indevida de omissão de saídas. Se fosse registrada corretamente, com o resultado da omissão de saídas o sistema SAFA enquadraria automaticamente na infração com a exigência de multa. Assim, a Auditora Fiscal encarregada pela revisão informou que em relação ao exercício de 2003 o imposto exigido na primeira infração ficou alterado para R\$2.745,54, sendo mantida a multa de R\$50,00, exigida na infração 02. Quanto ao exercício de 2004, foi apurado o imposto devido de R\$24.793,27, relativo à infração 03, esclarecendo que foi considerada a declaração do estoque à fl. 27 (exercício aberto). Salienta que as infrações 06 e 08 foram reconhecidas pelo autuado à fl. 77, e quanto à infração 07, diz que o autuado não lançou no livro Registro de Inventário as mercadorias existentes em estoque no dia 31/12/2005, conforme cópia à fl. 66, contrariando as exigências do RICMS/BA, por isso, não há o que contestar em relação à multa exigida para o exercício de 2005.

Intimado a tomar conhecimento da informação fiscal, o defendente se manifestou às fls. 178 a 186, aduzindo que os livros e documentos fiscais arrecadados para a revisão fiscal não foram devolvidos, cerceando o seu direito de conferência e pronunciamento. Discorre sobre as infrações imputadas e diz que não se conforma com as exigências relativas às infrações 03 e 07. Quanto à infração 03, alega que apesar de a Auditora Fiscal que prestou a informação fiscal ter apurado e corrigido as irregularidades apontadas na impugnação inicial, ainda reside um erro, qual seja, o presente Auto de Infração ter sido lavrado em 12/12/2006, não podendo tratar de levantamento do exercício de 2004, como de exercício aberto, e haveria de ser de exercício fechado. Alega que, tendo sido elaborado o levantamento quantitativo em exercício aberto, o



procedimento fiscal está na contramão da legislação, e não tem amparo legal. Transcreve os arts. 1º, e 2º da Portaria 445/98, e argumenta que, se o livro Registro de Inventário consta os estoques inicial e final do exercício de 2004, o levantamento fiscal está em desacordo com a legislação vigente, devendo ser decretada a sua nulidade. Em relação à infração 07, sobre o exercício de 2006, afirma que na informação fiscal foi descartada a imposição da multa. Quanto ao exercício de 2005, diz que foi apresentada à Auditora Fiscal uma listagem de computador, peça que não foi aceita. O autuado assegura que já providenciou a escrituração no livro fiscal com base na mencionada listagem, e a aplicação de multa somente seria cabível se o fato constituísse impedimento definitivo de apuração do imposto, sendo que a listagem dava condições de realizar qualquer levantamento. Reproduz o art. 915 (caput) e inciso XII do RICMS/BA, bem como a ementa do ACÓRDÃO CJF Nº 1921/00. Reitera a alegação de que é devido multa de 10 UPFs. Finaliza, pedindo a procedência parcial do Auto de Infração, nos seguintes valores: Infração 01 = R\$2.745,54, Infração 02 = R\$50,00; Infração 04 = R\$50,00; Infração 05 = R\$12,86; Infração 06 = R\$14.138,08; Infração 07 = 10 UPFs, Infração 08 = R\$163,04.

A Auditora Maria Helena da S. Ribeiro prestou nova informação fiscal às fls. 206/207, ratificando os valores apurados na Revisão Fiscal efetuada bem como as informações prestadas anteriormente, esclarecendo que a falta de devolução dos livros e documentos fiscais, alegada pelo defendente, ocorreu porque no término da fiscalização entrou em contato com os responsáveis pela empresa para a devolução e ninguém compareceu, e como continuou fiscalizando a empresa, não atentou para o fato de a empresa não ter recebido os livros e documentos fiscais. Pede que seja reaberto o prazo para o defendente se manifestar sobre os novos levantamentos realizados. Quanto à alegação defensiva concernente à infração 03, diz que não assiste razão ao autuado, esclarecendo que foi efetuada a contagem do estoque em 02 de abril de 2004, pela Inspetoria de Trânsito, que seguiu todas as normas legais de procedimento fiscal, sendo retirada a primeira via da Nota Fiscal 197, conforme cópia que acostou aos autos. Diz que foi procedida à contagem das mercadorias que se encontravam no estabelecimento, naquela data, conforme documento “Auditoria de Estoque – Declaração exercício aberto à fl. 27 do presente processo, devidamente assinada por um dos sócios da empresa. Quanto à infração 07, ratifica a exigência da multa, pelo fato de a listagem de computador não substituir o livro Registro de Inventário; a empresa não tem autorização para escrituração fiscal através de processamento de dados, e não há identificação de que elaborou a listagem e se o titular da empresa tomou conhecimento, inexistindo qualquer assinatura ou seu reconhecimento, e mesmo que tivesse não substitui o livro fiscal. Finaliza reiterando a necessidade de reabertura do prazo para que a empresa possa se manifestar quanto à revisão fiscal efetuada anteriormente.

Considerando a alegação do autuado de que não recebeu os livros e documentos fiscais utilizados na revisão efetuada por estranho ao feito, dificultando a sua manifestação acerca dos novos cálculos, esta Junta de Julgamento Fiscal converteu o presente processo em diligência à Infaz de origem (fl. 211) para que fossem devolvidos os livros e documentos fiscais ao contribuinte, juntando a respectiva comprovação ao PAF, e que fosse expedida intimação ao defendente, reabrindo o prazo de dez (10) dias para o mesmo se manifestar quanto à revisão efetuada.

Em atendimento ao solicitado, foi anexada às fls. 214/215 do PAF, Termo de Arrecadação de Livros e Documentos Fiscais constando recibo de devolução dos livros fiscais e duas pastas de notas fiscais de entradas e saídas dos exercícios de 2003 e 2004.

À fl. 216, o autuado foi intimado da reabertura do prazo de dez dias para o mesmo se manifestar quanto à revisão efetuada por estranho ao feito, quando prestou informação fiscal, constando assinatura de preposto do autuado na própria intimação.

O autuado apresentou petição à fl. 220, comunicando que tomou conhecimento do teor da diligência fiscal encaminhada por esta Junta de Julgamento Fiscal, e que recebeu os livros fiscais, nada tendo a acrescentar aos argumentos apresentados na impugnação inicial.



A Auditora Fiscal Maria Helena da S. Ribeiro apresentou novo pronunciamento à fl. 225, aduzindo que mantém todos os termos da informação fiscal de fl. 206 do presente processo, pelo fato de a empresa não ter trazido nada de novo em sua nova manifestação de fl. 220.

## VOTO

Inicialmente rejeito a preliminar de nulidade suscitada pelo autuado, uma vez que o Auto de Infração preenche todas as formalidades legais, não ensejando em qualquer violação ao devido processo legal e a ampla defesa, sendo o imposto e sua base de cálculo apurados consoante os levantamentos e documentos acostados aos autos, e não se encontram os motivos elencados na legislação, inclusive os incisos I a IV do art. 18 do RPAF/99, para determinar a nulidade do presente Auto de Infração.

O autuado alega que constatou irregularidades no levantamento fiscal que o tornam nulo de pleno direito, estando infestado de vícios insanáveis. Diz que nos demonstrativos do autuante foi destacado como unidade de medida kg, e o preço médio foi lançado em fardos e sacos. Quanto a esta alegação, foi efetuada revisão por estranho ao feito que prestou a informação fiscal, sendo informado que procedeu à revisão fiscal da Auditoria de Estoques, infrações 01, 02, 03, 04 e 05, em relação às mercadorias: açúcar cristal, arroz e feijão, sendo dado conhecimento ao autuado. Foi constatado que o autuado adquire as citadas mercadorias nas unidades quilos, fardos e sacas e efetua a escrituração do livro Registro de Inventário em quilos, daí a necessidade de transformar as quantidades usando uma única unidade. Assim, não foi constatada a existência de vícios formais que comprometam a eficácia da autuação fiscal, ficando rejeitadas as preliminares de nulidade requeridas nas razões de defesa.

No mérito, o autuado impugnou somente as infrações 01, 03 e 07, tendo informado nas razões de defesa que reconhece como procedentes as demais infrações.

As infrações 01 a 05 são decorrentes de levantamento quantitativo de estoques, referente aos exercícios de 2003 (exercício fechado) e 2004 (exercício aberto), sendo apuradas diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, e exigido o imposto sobre a diferença de maior expressão monetária, a das operações de saídas.

Considerando os equívocos apontados pelo defendente, a Auditora Fiscal estranha ao feito, que prestou a informação fiscal, informa que procedeu à revisão fiscal da Auditoria de Estoques, infrações 01, 02, 03, 04 e 05, conforme demonstrativos de fls. 93 a 117.

O autuado não acatou os novos resultados apurados na informação fiscal, alegando que o presente Auto de Infração foi lavrado em 12/12/2006, por isso, entende que não poderia tratar de levantamento do exercício de 2004, como de exercício aberto, e haveria de ser de exercício fechado. Alega que, tendo sido elaborado o levantamento quantitativo em exercício aberto, o procedimento fiscal está na contramão da legislação, e não tem amparo legal.

Quanto à alegação concernente ao levantamento quantitativo de estoques, foi esclarecido na informação fiscal prestada às fls. 206/207, e está comprovado nos autos, que foi efetuada a contagem do estoque em 02/04/2004, pela Inspetoria de Trânsito, sendo retirada a primeira via da Nota Fiscal 197, conforme cópia que acostou aos autos (fl. 208). Diz que foi procedida à contagem das mercadorias que se encontravam no estabelecimento, naquela data, conforme documento “Auditoria de Estoque – Declaração exercício aberto à fl. 27 do presente processo, devidamente assinada por um dos sócios da empresa. Portanto, embora o Auto de Infração tenha sido lavrado em 12/12/2006, o levantamento do estoque em exercício aberto foi efetuado em 02/02/2004, ficando esclarecido o questionamento apresentado pelo defendente.

Observo que o autuado não apresentou qualquer elemento novo após a revisão efetuada por estranho ao feito, tendo sido reaberto o prazo para a sua manifestação, por determinação desta Junta de Julgamento Fiscal, considerando a alegação do defendente de que não tinha recebido os livros e documentos fiscais utilizados na revisão fiscal. Entretanto, o defendente apenas



informou à fl. 220 que tomou conhecimento do teor da diligência fiscal e que recebeu os livros fiscais, nada tendo a acrescentar aos argumentos apresentados na impugnação inicial.

Acato o resultado da revisão efetuada pela Auditora Fiscal que prestou as informações fiscais, salientando que as infrações apuradas e os respectivos valores exigidos estão conforme discriminação a seguir:

- Constatando-se omissão de saídas de mercadorias tributáveis mediante levantamento quantitativo de estoque, tal fato constitui comprovação suficiente da falta de pagamento do ICMS, relativamente às operações realizadas pelo contribuinte sem a emissão de documento fiscal correspondente. Assim, considerando a apuração da revisão efetuada por estranho ao feito, fica alterado o imposto exigido na infração 01 para R\$2.745,54 (exercício de 2003 – fls. 97 e 100) e na infração 03 para R\$24.793,27 (exercício de 2004 – fls. 107/108)
- Ficam mantidas as multas aplicadas nas infrações 02 e 04, haja vista que nos exercícios fiscalizados, foram apuradas diferenças de saídas de mercadorias isentas e sujeitas ao regime de substituição tributária, com fase de tributação encerrada, por isso, é devida a multa por descumprimento de obrigação acessória, consoante o art. 5º, inciso III, Portaria 445/98 e Lei 7.014/96, art. 42, inciso XXII, demonstrativos às fls. 98 e 100.
- Quanto à infração 05, no levantamento fiscal efetuado por estranho ao feito não ficou comprovada a existência de omissão de entrada de mercadoria enquadrada no Regime de Substituição Tributária, por isso, não é devido o imposto apurado nesta infração.

Concluo pela subsistência parcial destas infrações, conforme demonstrativos de fls. 97 a 108 dos autos.

Infração 06: Refere-se à exigência de ICMS pela omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apurada através de entradas não registradas correspondentes a notas fiscais coletadas através do CFAMT, conforme demonstrativo à fl. 17 dos autos. Em sua defesa, o autuado não contestou a exigência fiscal, informando que reconhece o débito apurado pela autuante. Assim, considero procedente este item da autuação fiscal, por inexistência de controvérsia, estando a exigência fiscal embasada no levantamento fiscal e documentos acostados aos autos.

Infração 07: trata de aplicação de multa, porque o autuado deixou de escriturar o Livro Registro de Inventário, referente aos exercícios de 2005 a 2006

Entendo que assiste razão ao autuado, em sua alegação de que não se pode exigir a escrituração do livro Registro de Inventário correspondente ao exercício de 2006, uma vez que na época em que foi efetuado o presente lançamento, o exercício ainda não havia encerrado, portanto, é descabida a multa exigida.

Quanto ao exercício de 2005, o defendente informa que foi apresentada uma listagem de computador, peça que não foi aceita pela autuante, mas assegura que já foi providenciada a escrituração do livro Registro de Inventário com base na mencionada listagem. Apresenta o entendimento de que a multa somente seria cabível se o fato constituísse impedimento definitivo de apuração do imposto, e a listagem dava condições de se fazer qualquer levantamento.

Concordo com a Auditora que prestou informação fiscal, de que uma listagem de computador não substitui o livro Registro de Inventário. Que a empresa não tem autorização para escrituração fiscal através de processamento de dados, e não há identificação de que elaborou a listagem e se o titular da empresa tomou conhecimento, inexistindo qualquer assinatura ou seu reconhecimento, e mesmo que tivesse não substitui o livro fiscal.

Saliento que a multa aplicada na infração 07, referente à falta de escrituração de livro fiscal, prevista no art. 42, XV, “d”, da Lei 7.014/96. Assim, considero subsistente em parte a multa exigida nesta infração 07, no valor de R\$30.589,27, referente ao exercício de 2005.



Quanto à infração 08, o autuado também não contestou, e por isso, considero procedente a exigência do imposto relativo à diferença de alíquota. Infração subsistente.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, conforme demonstrativo abaixo:

INFRAÇÃO Nº	CONCLUSÃO	IMPOSTO	MULTA
01	PROCEDENTE EM PARTE	2.745,54	-
02	PROCEDENTE	-	50,00
03	PROCEDENTE EM PARTE	24.793,27	
04	PROCEDENTE		50,00
05	IMPROCEDENTE	-	-
06	PROCEDENTE	14.138,08	
07	PROCEDENTE EM PARTE	-	30.589,27
08	PROCEDENTE	163,24	-
TOTAL	-	41.840,13	30.689,27

**RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 102104.0043/06-0, lavrado contra **COMERCIAL DE ALIMENTOS RIO IMPERIAL LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$41.840,13**, acrescido das multas de 60% sobre R\$163,24, e 70% sobre R\$41.676,89, previstas no art. 42 inciso II, alínea “f”, e III da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor total de **R\$30.689,27**, prevista no art. 42, incisos XII e XXII, da mesma Lei, e dos acréscimos moratórios de acordo com o previsto pela Lei 9.837/05.

Esta Junta recorre, de ofício, desta decisão, para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art. 169, inciso I, alínea “a”, item 1, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 7.851/00, com efeitos a partir de 10/10/00.

Sala das Sessões do CONSEF, 17 de dezembro de 2007

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE/RELATOR

OSMIRA FREIRE DE CARVALHO RIBEIRO DA SILVA - JULGADORA

OLAVO JOSÉ GOUVEIA OLIVA - JULGADOR